

Em todo o mundo e em todas as áreas do conhecimento, nos últimos anos surgem diversos movimentos em torno dos processos colaborativos e do acesso aberto aos bens culturais e educacionais. Peter Materu (2005, p. 5), pesquisador sênior do Banco Mundial para a África do Sul, afirmou que se “os anos 1990 foram chamados de *e-década*, a atual pode ser cunhada como *a-década* (código aberto, sistemas abertos, padrões abertos, acessos abertos, arquivos abertos, tudo aberto). Essa tendência, agora chegando com força especial na educação superior, reafirma uma ideologia que tem sua tradição construída desde o começo da computação em rede”.¹

No Brasil, essa tendência não se limita à educação superior, também perpassa a educação básica, uma vez que está posta no Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), aprovado pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Nele destaca-se a ênfase da necessária colaboração entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, entre as escolas, as famílias, os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância e as organizações da sociedade civil, para que as metas e estratégias estabelecidas no PNE possam ser desenvolvidas e, assim, atender as diretrizes elencadas em seu art. 2º:

- I erradicação do analfabetismo;
- II universalização do atendimento escolar;

¹ “If the nineties were called the e-decade, the current decade could be termed the o-decade (open source, open systems, open standards, open access, open archives, open everything). This trend, now unfolding with special force in higher education, reasserts an ideology that has a tradition traceable all the way back to the beginning of networked computing”.

- II superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
- IV melhoria da qualidade da educação;
- V formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
- VI promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
- VII promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;
- VIII estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto – PIB, que assegure o atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;
- IX valorização dos(as) profissionais da educação;
- X promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental (Brasil. Lei nº 13.005, 2014).

O PNE coloca-nos, portanto, grandes desafios. Um deles é o da articulação coletiva, colaborativa, aberta, num momento em que ainda estamos presos a modelos fechados e individualistas, lamentavelmente tendo como referência para a educação a chamada lógica do mercado. Para olhar para os movimentos colaborativos associados à educação básica, necessário se faz pensar a educação numa perspectiva bastante ampla, incluindo os demais níveis e, também, a educação não formal e outros espaços formativos que não exclusivamente as escolas, trazendo para esse debate movimentos, ideias e conhecimentos que estão sendo desenvolvidos em outras áreas, como a cultura, a comunicação, a computação, o direito.

Outro desafio colocado pelo PNE é o de trazer para o centro das discussões as políticas públicas de tecnologias da informação (TI) na educação básica, incluindo os movimentos do *software* livre e do acesso aberto, a temática dos direitos autorais e das diversas possibilidades de licenciamentos, a produção de materiais educacionais mediante recursos educacionais abertos (REA), entre outros, os quais consideram o uso democrático e não instrumental das tecnologias e o desenvolvimento de práticas colaborativas nos processos de aprendizagem e de produção do conhecimento e da cultura.

Tais perspectivas estão postas em várias estratégias do PNE, destacando-se a necessidade de assegurar a *diversidade de métodos e propostas pedagógicas* (5.3, 7.12); a proposição de *práticas pedagógicas inovadoras* (5.6, 7.12); o uso de *softwares livres* (7.12) e de *recursos educacionais abertos* (5.3, 7.12); o provimento de *equipamentos e recursos tecnológicos digitais* (7.20) às escolas; o *acesso a redes digitais de computadores, inclusive a internet* (7.20); a *composição de acervo digital de referências bibliográficas e audiovisuais* (12.15); o uso de *metodologias, recursos e tecnologias de educação a distância* (14.4).

Para dar conta desses desafios muito precisamos investir, seja na compreensão desses movimentos e processos abertos e colaborativos, nas potencialidades que carregam e que podem ser incorporadas pela educação, seja em processos formativos, especialmente para os professores, que são os responsáveis pelas práticas

desenvolvidas junto aos jovens. Faz-se necessário, ainda, investir na elaboração e na implementação de políticas públicas que permitam a materialização dessas dinâmicas nos mais diferentes espaços de aprendizagem, e num corpo legal que valide essas novas práticas.

Buscando contribuir com esse processo, propomos este número temático *Movimentos colaborativos, tecnologias digitais e educação* para a revista *Em Aberto*, justamente com a intenção de discutir códigos, sistemas, padrões, acessos, arquivos, todos abertos, suas potencialidades para os processos colaborativos e sua relação com a educação. Para tanto, contamos com pesquisadores e ativistas não somente da área da educação, como também da comunicação, da cultura, do direito, da computação, da administração e, ainda, com outros olhares não acadêmicos, no sentido estrito, e outras linguagens que não só o texto.

Na seção *Enfoque*, problematizamos o tema, discutimos as potencialidades da colaboração e mapeamos alguns dos principais movimentos que se articulam mundialmente em torno dos processos abertos e colaborativos, para, então, estabelecer os vínculos entre tais processos e a educação. Buscamos, sobretudo com base nesses vínculos, delinear alguns princípios para o sistema educacional que podem provocar mudanças nas formas de organização e gestão do próprio sistema e dos processos de ensino e aprendizagem e nas relações entre os sujeitos da educação e destes com o conhecimento e a cultura.

Na seção *Pontos de Vista*, trazemos o que pensam outros especialistas, de diferentes áreas do conhecimento, sobre a temática. Abre a seção Mario Pireddu com o texto "Redes e conhecimento: as dimensões do *social learning*" e nele discute as mudanças que a educação está experimentando ante as potencialidades da conexão em rede. Segundo o autor, com os novos espaços, formas, mídias, comunicações e conhecimentos, temos uma pluralidade de códigos e uma variedade de formas de expressão vivendo juntos: uma desordem fecunda, um terreno fértil para novas criações e experimentações inéditas.

Na sequência, Edvaldo de Souza Couto, com o artigo "Educação e redes sociais digitais: privacidade, intimidade inventada e incitação à visibilidade", problematiza os novos processos e construções das tiranias da intimidade numa época em que adotamos de modo excêntrico as tiranias da visibilidade. Para o autor, a vida privada, contraditoriamente requisitada na atualidade, não passa de nostalgia que nos devora e que deve ser devorada em nervosos espetáculos efêmeros. Segue Veridiana Alimonti que, com o texto "Preservando o essencial: os desafios da universalização do acesso e as ameaças de uma internet cindida", discute a regulação dos serviços de conexão à internet no Brasil e o papel desempenhado pelo Estado na sua relação com os agentes privados que operam no País.

Sérgio Amadeu da Silveira continua a discussão tratando das "Implicações sociais e educacionais dos padrões e formatos abertos". Para ele, nossa comunicação é totalmente dependente de *softwares* e formatos e estes podem ser abertos ou fechados, livres ou proprietários. Enquanto os formatos proprietários representam a privatização da memória digital, delimitam, controlam, bloqueiam, aprisionam e criam dependências para aqueles que os utilizam, os formatos abertos são muito importantes para devolver aos cidadãos o controle de suas criações.

Genauto C. França Filho e Vicente Aguiar, com o texto “Catedral, bazar e educação: uma análise do modelo aberto de aprendizagem dos *hackers*”, apresentam as características desse modelo, com base em duas experiências: o projeto do *software* Gnome e os verbetes que compõem a Wikipédia lusófona. Nessa análise, trazem as singularidades da experiência de trabalho e aprendizagem dos *hackers*, ao longo dos processos de produção por pares na internet.

Marcos Wachowicz trata de “Direito autoral, recursos educacionais e licenciamentos criativos: acesso à cultura, ao conhecimento e à educação” no novo contexto das redes, de forma a otimizar o acesso à cultura, ao conhecimento e à educação mediante a difusão e a circulação das obras acadêmicas não apenas no espaço físico das universidades, mas também nos mais variados círculos culturais e redes sociais com vistas a democratizar o ensino e o acesso ao conhecimento.

Tel Amiel e Tiago C. Soares, no artigo “O contexto da abertura: recursos educacionais abertos, cibercultura e suas tensões”, apresentam o conceito de REA e sua relação com a cibercultura e o conceito contemporâneo de uma educação aberta. Em seguida, Bianca Santana, com o texto “Produção colaborativa de materiais educacionais para educação básica”, traz os desafios postos pelo PNE para a produção de materiais didáticos e apresenta a colaboração como uma possibilidade de desenvolvimento de REA, a partir do caso do Projeto Folhas, desenvolvido pelo governo do Paraná entre 2003 e 2010.

Edméa Santos discute como a mobilidade cibercultural vem contribuindo para a formação e a educação em nosso tempo, em “A mobilidade cibercultural: cotidianos na interface educação e comunicação”. João Batista Carvalho Nunes trata de “Política de formação docente e *software* livre” e analisa essa política para e com o uso de *software* livre nas escolas, apontando avanços e desafios nesse processo formativo. Rosária Ilgenfritz Sperotto, Maria Simone Debacco, Regina Otero Xavier e Christiano Otero Avila dão continuidade à análise dos processos de formação docente com o texto “Aprendizagem em rede: um toque na tela”, apresentando-nos o Promídias, um programa de extensão destinado a capacitar professores da rede pública municipal de ensino de Pelotas, no Estado do Rio Grande do Sul, para o uso das mídias digitais em sua prática pedagógica.

María Florencia Ripani, com o texto “Colaboración, educación y cultura digital: experiencias en escuelas primarias de la ciudad de Buenos Aires”, analisa três experiências baseadas na colaboração, em escolas públicas beneficiadas pelo *Plan Sarmiento BA*, programa da cidade de Buenos Aires (Argentina) para incorporação das tecnologias nas escolas, no modelo *um-para-um*, centrando a discussão nas potencialidades para a produção de conhecimento, o enriquecimento das aprendizagens, a promoção da qualidade educativa e o fortalecimento do aluno como criador e produtor de conhecimento, em um contexto de diversidade.

Para fechar a seção *Pontos de Vista*, Raquel Rennó reflete sobre os “Novos estudantes na velha sala de aula: o ensino da arte e tecnologia, entre institucionalização e mundos possíveis” e nos apresenta uma pesquisa com alunos de artes visuais fora dos grandes centros, matriculados em cursos de instituições criadas ou que tiveram

seus cursos ampliados a partir do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni).

Na seção *Espaço Aberto*, trazemos provocações livres sobre temas que cruzam, complementam e enriquecem o que foi discutido na seção anterior: 1) Mãe Stella de Oxóssi propõe uma questão: "Quanto custa um 'muito obrigado'?", e Cau Gomez ilustra esse texto com uma charge; 2) Pedro Jatobá apresenta a "Produtora cultural colaborativa: tecnologia social para autonomia e sustentabilidade de pontos de inclusão digital comunitários"; 3) Felipe S. Fonseca e Luciana Fleischman relatam uma pesquisa sobre "Laboratórios experimentais: espaços em branco na educação formal".

Na seção *Resenhas*, damos destaque a duas publicações de 2014: o livro *O pensamento do tremor*, de Édouard Glissant, resenhado por Adriana Rocha Bruno, da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), e João Luiz Peçanha Couto, da Universidade Federal Fluminense (UFF); e o artigo "Media between power and empowerment; can we resolve this dilemma?", de Leopoldina Fortunati, resenhado por Andrea Lapa, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Para fechar este número da revista, a seção *Bibliografia Comentada* traz resumos indicativos de livros e artigos sobre o tema discutido. Ela foi produzida de forma colaborativa por integrantes dos grupos de pesquisas liderados pelos autores dos artigos e por outros colegas que contribuem com esse movimento.

Paralelo a tudo isso, *hackeamos* o sítio da revista *Em Aberto*. O que isso significa? Como precisávamos de algo mais dinâmico que um portal de uma revista acadêmica, criamos um sítio especial para este número, abrigado na Universidade Federal da Bahia (<http://emabertohackeado.ufba.br>), onde "lincamos" os artigos originais publicados na revista, acrescentamos mais textos com espaço para serem discutidos e, também, ampliamos as referências bibliográficas. Além disso, disponibilizamos um conjunto de vídeos em que a temática é, mais uma vez, apresentada com o intuito de estabelecer uma conversa permanente entre todos os envolvidos com o projeto.

Esperamos, com este dossiê e o sítio, provocar a reflexão, o estabelecimento de vínculos, a emergência de ideias e de práticas inovadoras, contribuindo, assim, para que os processos abertos e colaborativos adentrem com mais força a educação brasileira.

Salvador, agosto de 2015
Maria Helena Bonilla
Nelson De Luca Pretto
Organizadores

Referências bibliográficas

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 26 jun. 2014a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>.

BRASIL. *Plano Nacional de Educação 2014-2024*. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014b. 86 p. (Série Legislação, n. 125). Disponível em: <<http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>>. Acesso em: 17 ago. 2015.

FORTUNATI, L. Media between power and empowerment: can we resolve this dilemma? *The Information Society*, [Abingdon], v. 30, n. 3, p. 169-183, 2014.

GLISSANT, É. *O pensamento do tremor*. Tradução Enilce do Carmo Albergaria Junior e Lucy Magalhães. Juiz de Fora: Gallimard; Ed. UFJF, 2014.

MATERU, P. N. *Open source courseware: a baseline study*. 2004. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/INTAFRREGTOPTEIA/Resources/open_source_courseware.pdf> Acesso em: 12 jul. 2015.